



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Setor de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2021

TERMO DE APRECIÇÃO

I. Do Recurso

Trata-se de recurso interposto por PEIXE VIVO HISTÓRIAS: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO LTDA (ME), ora Recorrente, em relação ao resultado do Processo Licitatório nº 087/2021, Pregão Presencial nº 045/2021, por meio do qual foi declarada a inabilitação da PEIXE VIVO HISTÓRIAS: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO LTDA (ME), e a habilitação da BAROQUE ARQUITETURA E CONSULTORIA LTDA (ME), sendo esta, por conseguinte, declarada vencedora do item único licitado, conforme registrado em ata lavrada no dia 02/08/2021.

Alega a Recorrente, em síntese, ser equivocada a inabilitação da PEIXE VIVO HISTÓRIAS: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO LTDA (ME), declarada em razão do não atendimento ao requisito de habilitação previsto no item 9.6.4.3, alínea 'c', do Edital (Qualificação Técnica), conforme análise realizada pelas representantes técnicas das Secretarias Municipais de Obras e Meio Ambiente e de Cultura.

Neste particular, a Recorrente aduz que *"(...) o objeto contratado não prevê, em nenhuma forma ou momento, a execução de serviços referentes a sítios arqueológicos".* Prossegue asseverando que *"Essa atividade não consta em nenhum ponto do escopo dos serviços listados no anexo do respectivo edital e, portanto, é irrelevante para a comprovação de capacidade técnica da empresa licitante".*

Narra que o *"Município de Conselheiro Lafaiete não possui nenhum sítio arqueológico tombado na esfera municipal apresentado ao Programa ICMS Patrimônio Cultural e que poderia ser objeto na realização de laudo de estado de conservação",* além de que *"Tampouco é objeto do certame tombamento de sítio arqueológico, para que, no exercício 2024 do Programa ICMS Patrimônio Cultural, tal laudo tivesse que ser elaborado",* não se tratando de atividade de maior relevância.

Sustenta que o edital não exige que a equipe mínima prevista no item 9.6.3 seja composta por profissional de arqueologia, o que denotaria o descabimento da exigência e, com efeito, afronta ao disposto no art. 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, e aos princípios básicos da Administração.

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida e declarada a habilitação da PEIXE VIVO HISTÓRIAS: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO LTDA (ME). Subsidiariamente, pugna a anulação do certame, em virtude do vício apontado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Comunicadas acerca da interposição do recurso, via e-mail, em 03/08/2021 (terça-feira)¹, o prazo para contrarrazões – 03 (três) dias úteis – iniciou-se em 04/08/2021 (quarta-feira), vindo a findar-se em 06/08/2021 (sexta-feira).

A licitante BAROQUE ARQUITETURA E CONSULTORIA LTDA (ME) apresentou contrarrazões via protocolo postal, com recebimento na data de 06/08/2021, às 13:32h, combatendo o mérito recursal e pleiteando a improcedência do recurso.

Em síntese, é o relatório.

II. Da admissibilidade

De acordo com o que se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h (nove horas e trinta minutos) do dia 02/08/2021 (segunda-feira), com a comunicação das licitantes acerca do resultado dos julgamentos das propostas e de habilitação. Somente a licitante PEIXE VIVO HISTÓRIAS: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO LTDA (ME) manifestou interesse na interposição de recurso contra as decisões do Pregoeiro.

Por consequência, o prazo recursal – 03 (três) dias úteis, nos termos do subitem 12.1 do Edital, do art. 11, inciso XVII, do Decreto Municipal nº 261/2007 e do art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 – iniciou-se em 03/08/2021 (terça-feira), com previsão de findar-se em 05/08/2021 (quinta-feira).

O recurso em apreço foi protocolizado no Setor de Licitações na data de 03/08/2021, às 16:32h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital, e, segundo acima detalhado, de tempestividade, conhece-se do presente recurso.

III. Do mérito recursal

Analisando detidamente as razões recursais, observa-se que o cerne do recurso administrativo consiste na verificação da legalidade da exigência de habilitação prevista no item 9.6.4.3, alínea 'c', do Edital, descumprida pela Recorrente.

Dispõe o instrumento convocatório, em relação ao requisito cujo atendimento é questionado:

“9.6. Qualificação técnica

(...)

9.6.4. A capacidade técnico-profissional deverá ser comprovada

¹ Intimação realizada previamente ao termo final estabelecido para interposição de recursos (05/08/2021), haja vista que a PEIXE VIVO HISTÓRIAS: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO LTDA (ME), única licitante que manifestou interesse recursal, interpôs recurso na data de 03/08/2021, operando-se preclusão consumativa e autorizando-se a antecipação do prazo para resposta/contrarrazões.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

mediante a apresentação de atestado de responsabilidade técnica, emitido por qualquer pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove ter o profissional indicado pela empresa executado serviços compatíveis, em quantidades e prazos, com o objeto da licitação.

9.6.4.1. O atestado do profissional Arquiteto e Urbanista deverá estar acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT).

9.6.4.2. Os Atestado(s) de Capacidade Técnica deverão ser emitidos preferencialmente em papel timbrado da entidade expedidora, com identificação do nome e endereço da entidade ou carimbo do CNPJ, assinados pelo responsável legal e acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, que comprove a aptidão do profissional para elaboração de documentação para ICMS Patrimônio Cultural.

9.6.4.3. Os atestados de capacidade técnica demandados para comprovação da capacidade técnica operacional e profissional deverão comprovar características semelhantes indicados no termo de referência para os itens abaixo indicados como de MAIOR RELEVÂNCIA:

- a) consultoria em ICMS Patrimônio Cultural;
- b) realização de inventários de patrimônio histórico cultural material e imaterial;
- c) realização de laudos de estado de conservação de conjunto paisagístico, sítio arqueológico, bens imóveis e bens móveis;
- d) elaboração de dossiês de tombamento de conjunto paisagístico e bens imóveis, com comprovação de sua aprovação pelo IEPHA através da Lista de bens Protegidos divulgada no site daquele órgão;
- e) elaboração de dossiê de registro de bem imaterial, com comprovação de sua aprovação pelo IEPHA através da Lista de bens Protegidos divulgada no site daquele órgão.” (destacamos)

Conforme consignado na ata da sessão pública realizada no dia 02/08/2021, a conferência e análise da documentação de qualificação técnica foi realizada pelas representantes técnicas das Secretarias Municipais de Obras e Meio Ambiente, Sra. Amanda Guimarães Alvarenga, e de Cultura, Sra. Sônia Maria Cardoso, sendo que a inabilitação da Recorrente baseou-se nos seguintes fundamentos:

“A documentação da empresa PEIXE VIVO HISTÓRIAS: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO LTDA – ME foi conferida e estava em desacordo com as exigências editalícias, haja vista o não atendimento à alínea ‘c’ do item 9.6.4.3 do Edital, especificamente pelas CAT’s/atestados não contemplarem a comprovação da realização de laudo de estado de conservação de sítio arqueológico pela empresa/responsável técnica, conforme conferência realizada pela Representante técnica da Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, Sra. Amanda Guimarães Alvarenga e pela Representante técnica da Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, Sra. Sônia Maria Cardoso.” (destacamos)

Pois bem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Acerca dos processos licitatórios, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 preconiza em seu art. 37, inciso XXI, que as exigências de qualificação técnica e econômica serão permitidas desde que indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Em nível infraconstitucional, a Lei nº 8.666/93 contempla disposições específicas acerca da documentação relativa à qualificação técnica, trazendo de forma expressa os limites para exigências dessa natureza, *in verbis*:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

(...)

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

(...)” (destacamos)

Vale pontuar que, de acordo com a disciplina estabelecida no art. 9º da Lei nº 10.520/2002, aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade pregão, as normas da Lei nº 8.666/93, tratando-se, pois, de regra comum aos procedimentos licitatórios.

Abordado a temática, Marçal Justen Filho leciona na obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª ed. Editora Dialética:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

“A Lei nº 8.666 disciplinou de modo minucioso a matéria da qualificação técnica. Um dos caracteres mais marcantes da Lei nº 8.666 foi a redução da margem de liberdade da Administração Pública nesse campo e a limitação do âmbito das exigências. Buscou evitar que exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica constituam-se em instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação.”

O escopo da qualificação técnica nos processos licitatórios é examinar a aptidão técnica do licitante, conferindo segurança à Administração Pública de que o mesmo possui plenos conhecimentos e condições técnicas para a execução do contrato, em caso de futura contratação.

Joel de Menezes Niebuhr, em Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zenite, 2008, leciona que a “*Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo*”.

Se por um lado a análise de qualificação técnica tem como finalidade examinar a aptidão técnica do licitante, não se deve olvidar, lado outro, de que o rigor exagerado na fixação das exigências pode restringir a competitividade do certame, pois quanto mais exigências, menor o número de pessoas aptas a cumpri-las. Justamente por isso, devem as exigências serem justificáveis de acordo os aspectos envolvidos na contratação, sob pena de restrição imotivada e ilegal do caráter competitivo.

A Lei de Licitações prevê como instrumento para aferição de qualificação técnica, a exigência de atestados de capacidade técnica que estão estipulados no artigo 30, inciso II (capacidade técnico-operacional) e § 1º, inciso I (capacidade técnico-profissional), da Lei n. 8.666.

Os atestados de capacidade consistem em meio de prova de que o licitante executou o objeto licitado em outra oportunidade e que tal execução foi a contento, assegurando à Administração licitadora que seu parceiro contratual possui expertise técnica.

O presente processo licitatório tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria na elaboração de trabalhos técnicos para a obtenção do recurso referente ao ICMS Cultural do Município de Conselheiro Lafaiete, para o ano base 2021, exercício 2023; e ano base 2022, exercício 2024, conforme especificado no item 18 e Anexo I - Termo de Referência, do Edital.

Em detida análise do recurso, observa-se que a Recorrente não impugna a análise realizada no julgamento de Habilitação, tampouco refuta que as Certidões de Acervo Técnico – CAT's e respectivos atestados de capacidade técnicos apresentados não contemplam comprovação de experiência na realização de laudo de estado de conservação de sítio arqueológico pela empresa/responsável técnica, nos moldes previstos no item 09, alínea 'b', último tópico, do Termo de Referência, e reproduzidos no item 9.6.4.3, alínea 'c', do Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Limita-se a questionar a legalidade da exigência editalícia em si, especialmente sob alegação de que o serviço de elaboração de laudo de conservação de sítio arqueológico não faz parte do escopo do objeto licitado, tampouco se refere a parcela de maior relevância deste. Ademais, a Recorrente argumenta que a equipe de profissionais exigida no instrumento convocatório (item 09, alínea 'b', primeiro tópico, do Termo de Referência e item 9.6.3 do Edital) não contempla profissional responsável pela execução de serviços de arqueologia, o que demonstraria a menor relevância da especialidade de serviço.

A definição do objeto a ser licitado é responsabilidade do gestor, dentro do limite de discricionariedade albergado pelo direito (TCU 012.670/2010-3).

Instada a se pronunciar acerca do mérito recursal, a Secretaria Municipal de Cultura (solicitante do certame e responsável pela elaboração do Termo de Referência), por meio do respectivo Secretário, Sr. José Geraldo de Almeida, ratificou as exigências de qualificação técnica adotadas no certame, conforme fundamentos e justificativa técnica abaixo transcritos:

"Secult 95/2021

Conselheiro Lafaiete, 20 de agosto de 2021.

Assunto: Resposta/Faz

Aos

Cuidados da Comissão de Licitação

Prezados senhores;

A Secretaria Municipal de Cultura de Conselheiro Lafaiete, por seu representante, Sr. José Geraldo de Almeida, vem manifestar sobre o mérito do recurso apresentado nos autos do Pregão Presencial nº 045/2021 pela licitante Peixe Vivo Histórias: Memória e Patrimônio LTDA, no qual se questiona a regularidade de exigência contida no Termo de Referência, para fins de habilitação (qualificação técnica), referente à apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove experiência da licitante/responsável técnico em relação à elaboração de laudo de conservação de sítio arqueológico.

Tal exigência justifica-se em razão de sua pertinência com o escopo da contratação, sendo de cara importância uma vez que a cidade possui um Sítio Arqueológico denominado 'Estalagem da Varginha do Lourenço', cenário da Inconfidência Mineira e já reconhecido e tombado como Patrimônio Histórico pelo Estado através de Decreto 29.399, de 21 de abril de 1989.

O Sítio Arqueológico 'Estalagem da Varginha do Lourenço' guarda ruínas remanescentes do período em que ocorreu a Inconfidência Mineira e uma gameleira onde, segundo a história, foi exposta parte do corpo do Alferes Tiradentes. Atualmente o mesmo encontra-se abandonado, tendo o Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG instaurado Inquérito Civil público, por meio do qual a Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência, a Gerdau Açominas, e a Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete estão sujeitas a serem acionadas para adoção de

**Avenida Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro
Conselheiro Lafaiete –MG – 36.400-026**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

providências em relação ao bem histórico, dentre elas, possível tombamento do sítio arqueológico em âmbito municipal.

Frisa-se que a contratação pretendida por meio do processo licitatório objetiva a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria na elaboração de trabalhos técnicos para a obtenção do recurso referente ao ICMS Cultural do Município de Conselheiro Lafaiete, para o ano base 2021, exercício 2023, e ano base 2022, exercício 2024, conforme especificado no Termo de Referência.

Desta forma, a adoção de providências relativas ao Sítio Arqueológico 'Estalagem da Varginha do Lourenço' coincidirá, no decorrer dos próximos anos, com o período de vigência do contrato decorrente do Pregão Presencial nº 045/2021, devendo ser exigido no processo de contratação da empresa responsável pela prestação de serviços de consultoria à Secretaria Municipal de Cultura em favor do Patrimônio Histórico, a demonstração de capacidade técnica compatível com a futura execução.

A Secretaria Municipal de Cultura ressalta que não obstante todas as informações já apontadas, há interesse manifesto de tombamento Municipal do Sítio Arqueológico da Estalagem da Varginha do Lourenço, conforme ofício já encaminhado ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico e Cultural, cujo processo encontra-se em andamento.

Ressalta-se que o Termo de Referência, nos moldes elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde, contempla dentre os pré-requisitos de qualificação técnica a comprovação de que as licitantes possuam 'equipe mínima' composta por Arquiteto e Historiador, o que não autoriza concluir que diante de eventuais necessidades, a regular execução dos serviços não possa demandar o emprego de outros profissionais ou disciplinas, notadamente profissional com atuação na seara de arqueologia, que deverão ser sanadas à contento pela empresa contratada.

Por fim, reforça-se que a exigência foi incluída vislumbrando-se a premente necessidade da Administração, visto que a prestação de serviços se estenderá pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, enquanto que a intervenção no Sítio Arqueológico, tão logo cumpridos os trâmites procedimentais, poderá ser intentada por meio de aditivo ao contrato.

Ante o exposto, a Secretaria Municipal de Cultura ratifica as disposições e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, posicionando-se contrariamente ao acolhimento do recurso interposto por Peixe Vivo Histórias: Memória e Patrimônio LTDA, e colocando-se à disposição para demais esclarecimentos.

Atenciosamente,

José Geraldo de Almeida
Secretário Municipal de Cultura"

Destaca-se que a manifestação da Secretaria Municipal de Cultura se fez instruída com conjunto documental composto de cópia de documentação oriunda do Ministério



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Público do Estado de Minas Gerais – MPMG (Processo SEI nº 19.16.1156.0062159/2021-15 (ACP 5000668-57.2015.8.13.0183), Ofício SECULT 045/2021, datado de 15 de maio de 2021, remetido ao Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural – COMPHIC, bem como ata do COMPHIC deliberando acerca de providências preliminares ao tombamento municipal do Sítio Arqueológico “*Estalagem da Varginha do Lourenço*”.

No caso concreto, conforme registrado na manifestação da Secretaria gestora, observa-se que a exigência de qualificação técnica imposta no Termo de Referência é respaldada pelo fato de a Administração encontrar-se executando procedimentos para tombamento municipal do Sítio Arqueológico “*Estalagem da Varginha do Lourenço*”, o que propiciará a inclusão do bem histórico no programa do ICMS Cultural.

É justificado que a adoção de providências relativas ao Sítio Arqueológico “*Estalagem da Varginha do Lourenço*” coincidirá, no decorrer dos próximos anos, com o período de vigência do contrato decorrente do Pregão Presencial nº 045/2021, motivo pelo qual foi exigido no processo de contratação da empresa responsável pela prestação de serviços de consultoria à Secretaria Municipal de Cultura em favor do Patrimônio Histórico, ano base 2021, exercício 2023 e ano base 2022, exercício 2024, a demonstração de capacidade técnica compatível com a futura execução.

Segundo explanado pela Secretaria Gestora, o Termo de Referência, nos moldes elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde, contempla dentre os pré-requisitos de qualificação técnica a comprovação de que as licitantes possuam “*equipe mínima*” composta por Arquiteto e Historiador, o que não autoriza concluir que diante de eventuais necessidades, a regular execução dos serviços não possa demandar o emprego de outros profissionais ou disciplinas, especialmente profissional com atuação na seara de arqueologia, a ser providenciado pela empresa contratada.

Vale considerar, ademais, que o alto grau de especialização necessário à execução do serviço em tela justifica a adoção de providências por parte da Administração Pública, durante o processo de contratação, tendentes a garantir que a empresa executora dos serviços possua expertise compatível, tratando-se de parcela de especial e maior relevância em virtude da complexidade técnica de execução.

Noutro passo, a Secretaria Municipal de Cultura justificou que a exigência foi incluída vislumbrando-se a premente necessidade da Administração, visto que a prestação de serviços se estenderá pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, enquanto que a intervenção no Sítio Arqueológico, tão logo cumpridos os trâmites procedimentais, poderá ser intentada por meio de aditivo qualitativo do contrato, passando, portanto, a integrar o escopo do objeto ora licitado.

Mister ponderar que a PEIXE VIVO HISTÓRIAS: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO LTDA (ME), ora Recorrente, não interpôs impugnação ou pedido de questionamento acerca dos termos do Edital em momento oportuno, com o fito de sanar tempestivamente eventuais dúvidas, omissões ou incorreções do instrumento convocatório. Ao contrário, ao participar do certame, declarou a licitante ter tomado conhecimento de todas as informações pertinentes ao processo licitatório, acatando as condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Indiscutível, ademais, que admitir a habilitação da Recorrente desconsiderando-se as exigências de qualificação técnica previamente estipuladas no Edital implicará favorecimento indevido e quebra de isonomia, privilegiando-se esta empresa em detrimento de demais interessados que eventualmente possuiriam qualificação técnica igual ou superior à da licitante PEIXE VIVO HISTÓRIAS: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO LTDA (ME), mas ainda assim insuficiente para atendimento às exigências impostas no Edital, e que deixaram de participar do certame, além de flagrante ofensa aos princípios da legalidade, da moralidade, e da vinculação ao instrumento convocatório.

A Lei nº 8.666/93 consagra em seu art. 41 o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, sendo a sua observância exaltada de forma iterativa nos julgados das cortes de contas pátrias, especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, donde se extrai o seguinte aresto:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS CULTURAIS E ESPORTIVOS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO. O administrador deve observar os princípios da legalidade, igualdade e vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. (DENÚNCIA n. 1058478. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 11/06/2019. Disponibilizada no DOC do dia 11/07/2019) (destacamos)

Sem divergir de tal posicionamento, assim já se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

LICITAÇÃO - EDITAL - VINCULAÇÃO. O edital, como instrumento convocatório, não pode ser descumprido, pois às suas normas e condições, encontra-se estritamente vinculada a Administração e bem assim os interessados em participar da licitação. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprezará-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimento dos demais que a cumpriram, atenta, ao mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.00.297850-0/000, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/2003, publicação da súmula em 21/03/2003) (destacamos)

Encontrando-se a Administração vinculada às normas, condições e exigências do Edital, e por não padecer de qualquer ilicitude as exigências de qualificação técnica previstas no Termo de Referência como instrumento para avaliação da expertise das licitantes, porquanto justificada, não há que se falar em ilegalidade ou ofensa aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

princípios norteadores da licitação a decisão que inabilitou a Recorrente, ante a constatação de que tal empresa não comprovou experiência técnica em relação à especialidade indicada, qual seja, realização de laudo de estado de conservação de sítio arqueológico.

O não atendimento a quaisquer das exigências do Edital é causa de inabilitação do licitante, a rigor do disposto no item 9.14 do instrumento convocatório.

Ante o exposto, à mingua de fundamento apto a ensejar a reforma da decisão, deve ser mantida a Inabilitação da Recorrente.

IV. Conclusão

Diante de todo o exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) **Conhecer** do recurso interposto por PEIXE VIVO HISTÓRIAS: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO LTDA (ME) e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão recorrida.
- b) Em obediência ao disposto no art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Conselheiro Lafaiete/MG, 20 de agosto de 2021.


ALISSON DIAS LAUREANO
Pregoeiro